

■ NACIONAL

O Brasil tenta resolver problemas que já têm quase um século e ligar a região economicamente ao restante do País

Amazônia busca desenvolvimento sustentável

por Angus Foster
do Financial Times

A estrada esburacada que leva a Serra Pelada, mina de ouro desativada no coração da região amazônica brasileira, estava margeada inteiramente por grandes árvores. Hoje, centenas de quilômetros quadrados de floresta tropical foram devastados dos dois lados da estrada para abrir caminho para os criadores de gado. Muitos mineiros ainda permanecem na região apesar de a mina estar inundada e o ouro fácil ter acabado. A mineração e os danos provocados pelas águas transformaram a área numa cratera lunar.

Cerca de 300 quilômetros a noroeste, grandes empresas que exploram a madeira continuam a abrir trilhas dentro da floresta e através de reservas indígenas para retirar árvores de grande valor. Uma vez assentados os caminhos, incorporadores, fazendeiros e especuladores rapidamente vão atrás, forçando tribos, como os Arara, a se instalarem em bolsões cada vez menores de seu território.

Depois de vários anos de descalço político, o Brasil começa a tentar resolver esses e outros problemas que já duram quase um século e decidir qual a melhor forma de ligar economicamente a imensa região amazônica ao resto do País.

Uma nova política será discutida com os governadores

Uma nova política foi apresentada em abril, num "documento básico" de 39 páginas, e deverá ser debatida com os governos estaduais. Ela foi do agrado de muitos observadores no ponto em que seus autores reconheceram o fracasso das políticas anteriores, como foi o caso de confiar nos enormes projetos de infraestrutura para incrementar o desenvolvimento.

De acordo com esse "documento básico", a região amazônica precisa agora ser ligada por uma infraestrutura melhor ao resto do Brasil e a outros países amazônicos.

A qualidade de vida de sua população deve ser aplicada "no contexto de um desenvolvimento sustentável".

"A integração com o resto do Brasil", diz Almir Gabriel, governador do Estado do Pará e um aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso, "deve acontecer com o mínimo de danos possível" - e não pode ser feita sem prejuízos - e a ajuda internacional deve ser maximizada.

O documento salienta também a necessidade de um "zoneamento" para se garantir que os projetos de desenvolvimento não sejam promovidos em ambientes sensíveis e reconhece que muitas leis brasileiras sobre meio ambiente nem sempre foram cumpridas. Em lugar de "megaprojetos" estabelecidos pelo governo, agora pretende-se adotar uma abordagem "de baixo para cima", convidando-se os governos locais a avançar em projetos prioritários.

E, por último, o governo pretende enfatizar a educação ambiental e reensinar os bancos estatais, que suprem quase todo o crédito rural, a incluir fatores ambientais nas suas decisões relativas aos financiamentos.

Sem esse tipo de mudança, falar de desenvolvimento sustentável é apenas um bonito discurso", de acordo com Gustavo Krause, ministro do Meio Ambiente.

Quase dois terços da bacia amazônica, que abriga 20% da água do mundo, estão em território brasileiro. A parte que cabe ao Brasil é quase oito vezes maior do que a França e tem uma população de apenas 17 milhões. É pobre em vias de comunicações e muitas economias locais contam apenas com o que é dado pelo governo central.

Os fundos de desenvolvimento rural especiais, destinados a canalizar os empré-

stimos a juro baixo para os pequenos agricultores e reduzir a migração urbana, já renderam frutos promissores em partes do Pará, onde os grandes proprietários usualmente monopolizam o crédito e os conflitos de terra estão aumentando drasticamente. No Estado do Amazonas há também muita esperança, embora até agora as experiências em menor escala empreendidas com uma produção sustentável de plantações indígenas, como cupuaçu e palmito.

A reputação do Brasil na questão ambiental, que chegou ao seu ponto mais baixo na década de 80, quando o mundo ficou chocado com as imagens de uma Amazônia em fogo, está recuperando-se ligeiramente. O papel construtivo do País quando da Eco 92, a Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, foi elogiado. O desmatamento da Amazônia, que se calcula afetou 1% da floresta original, também diminuiu devido à recessão. Essas tendências permitiram que o novo documento fosse esboçado numa forma mais "construtiva" do que "defensiva", de acordo com uma autoridade.

Os críticos temem que os efeitos da nova política sejam limitados. O principal problema está em que as agências federais encarregadas do seu cumprimento são muito mal remuneradas, com pessoal irrisório e acusado de corrupção.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), principal agência de proteção ambiental, tem menos inspetores do que, por exemplo, o organismo equivalente do Reino Unido, apesar de o Brasil ser quase 33 vezes maior. Benigno Marques, que chefia o órgão do governo encarregado da questão indígena, em Altamira, no Pará, diz que as companhias madeireiras regularmente invadem as reservas indígenas para roubar espécies raras, como o mogno. Agentes imobiliários vendem lotes de terra indígena usando documentos falsos.

Embora o Ibama às vezes multe as empresas, Marques duvida que elas paguem. Processos judiciais levam de dois a três anos e raramente acabam em punições. "É uma desgraça", diz.

A idéia do governo de uma descentralização "de baixo para cima" dos projetos de desenvolvimento é particularmente vulnerável caso as decisões não sejam cumpridas.

Outro problema é a posse desigual da terra no Brasil, onde quase 80% da propriedade imobiliária está nas mãos de 10% dos fazendeiros. Uma vez que vários desses grandes fazendeiros estão ligados a membros do governo, a reforma agrária não é prioridade.

O zoneamento garantirá que projetos não causem impacto ao meio ambiente

A concentração da terra, encorajada pelos incentivos fiscais e a falta de apoio para os pequenos agricultores, ainda continua presente. O que força os pequenos proprietários de terras a irem para as cidades ou migrarem para o Amazonas, onde podem encontrar trabalho no setor da economia informal, clandestina, das grandes cidades, ou dirigirem-se para o interior onde a terra ainda está disponível, mas que, comumente, leva a um desmatamento da floresta.

Os que criticam os projetos de infraestrutura, especialmente estrangeiros, esquecem que a prioridade da região é lutar contra a pobreza, afirma o governador Almir Gabriel, do Pará. Mas ele reconhece que há um limite na redução da pobreza enquanto problemas sociais severos permanecem sem solução em outras áreas.

"É fundamental solucionar os problemas existentes no nordeste e no Centro-Oeste do País. Caso contrário, as pessoas continuarão a vir para cá e nada será resolvido", afirma.

